

## ESTUDO TÉCNICO

Brasília, 25 de maio de 2023.

---

**Área:** Consórcios Públicos

**Título:** Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros 2023

**Referências:** Lei 11.107/2005 e Decreto 6.017/2007

**Palavras-chave:** Consórcios públicos; gestão associada; mapeamento; estudo técnico.

---

### 1. INTRODUÇÃO

O consórcio público encontra respaldo na Constituição Federal brasileira, em seu art. 241, e se caracteriza por ser uma pessoa jurídica, constituída como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, formada exclusivamente por Entes da Federação e que, para sua constituição e atuação, deve atender às exigências da Lei 11.107/2005 e do Decreto 6.017/2007.

Tem por objetivo estabelecer relações de cooperação federativa para a gestão associada de serviços públicos de interesse comum que dificilmente se resolveriam individualmente ou, então, otimizar as ações com a junção de esforços e recursos.

Por se tratar de uma alternativa flexível de gestão, é considerado uma importante estratégia para o desenvolvimento não apenas dos Municípios envolvidos, mas de todo o entorno regional, oportunizando planejamento, implementação e gestão compartilhada de políticas públicas.

### 2. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Para alcançar êxito no propósito de planejar e/ou implementar determinada ação em conjunto, é necessário que o consórcio público seja bem estruturado desde a sua constituição e que sua atuação seja avaliada constantemente para aprimorar sua eficiência e atender aos princípios da administração pública.

Além do necessário planejamento técnico e financeiro, por meio de prévios estudos de viabilidade para verificar se o objetivo do consórcio pode ser executado tecnicamente (e de qual forma) e se há condições financeiras e orçamentárias, outra maneira eficaz de estruturação adequada é conhecer experiências já em curso para verificar qual o caminho percorrido, o que funcionou ou não, quais as dificuldades e os meios encontrados para contorná-las.

Entretanto, a proporção continental do Brasil e a ausência de uma base que reúna, em tempo real, as informações sobre os consórcios públicos existentes no país dificultam esse desejável intercâmbio.

De outro lado, acompanhar o comportamento da constituição e da manutenção de consórcios públicos, bem como identificar suas áreas de atuação, dentre outras particularidades, é essencial para o planejamento e o direcionamento de recursos, programas e políticas públicas estruturadas no âmbito federal e estadual.

Diante desses dois fatores – ausência de uma fonte que reunisse e sistematizasse as informações a respeito de consórcios públicos no país e a necessidade de monitoramento para direcionamento estrutural de recursos, programas e políticas públicas –, a CNM se propôs a criar o [Observatório Municipalista de Consórcios Públicos](#).

O primeiro relatório de mapeamento foi divulgado em 2018 e pode ser acessado [aqui](#). Ciente de que o movimento consorcial no Brasil não é estático, a entidade realizou a atualização da base de informações resultando na publicação de um segundo relatório de mapeamento publicado em 2021, o qual ser acessado [aqui](#). Por fim, o atual relatório atualiza as informações dos relatórios anteriores.

Vale frisar, conforme já anunciado nos relatórios anteriores, que a pesquisa não é isenta de imprecisões e, mesmo diante de todo o esforço empreendido, alguns consórcios já existentes àquele tempo não foram localizados para inclusão na base dados. Isso explica porque neste relatório alguns dados de anos anteriores se alteraram como, por exemplo, o número de consórcios constituídos por ano.

Em suma, este relatório compreende novos consórcios públicos de fato, ou seja, considerados aqueles constituídos formalmente após maio de 2021 (data da última atualização empreendida pela CNM); e outros consórcios tidos por *novos* para este relatório, isto é, já existiam ao tempo das pesquisas anteriores, mas, por alguma limitação da pesquisa, não foram identificados naqueles momentos, mas o foram agora.

### 3. OBJETIVO

Identificar os consórcios públicos existentes no Brasil e buscar suas informações básicas de constituição e formação. A partir disso, elaborar mapeamento que subsidiará a atualização do [Observatório Municipalista de Consórcios Públicos](#).

#### 4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS

A atualização das informações dos consórcios teve início em setembro de 2022 mediante o envio, via *e-mail*, de formulário para que os consórcios já cadastrados na base de dados declarassem (ou ratificassem) as suas informações.

Além disso, a fim de identificar novos consórcios que ainda não constavam na base de dados, a CNM acessou a base de dados do [Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais](#) (Cauc) e da Redesim por meio da [Consultas Pessoa Jurídica](#)<sup>1</sup>. Além dessas fontes, todos os Tribunais de Contas Estaduais, Municipais, do Distrito Federal e o Tribunal de Contas da União foram contatados por meio de ofício solicitando o compartilhamento do nome e o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) dos consórcios públicos que prestam contas ao Tribunal.

Posteriormente, os consórcios não respondentes à pesquisa foram contatados por ligação telefônica. Importante destacar que, desde a atualização dos dados no Observatório em 2018, o Observatório conta com um campo específico para que os consórcios acessem e, de igual forma, possam declarar suas informações nos mesmos moldes do formulário.

#### 5. LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÃO DO LEVANTAMENTO

O levantamento para atualização das informações encontrou as seguintes dificuldades:

- (a) necessidade de realizar o cruzamento de diversas fontes oficiais que possuíam conteúdos não padronizados e informações conflitantes;
- (b) imprecisão da informação, sem que houvesse alguém capaz de elucidá-la com certeza;
- (c) respostas incompletas;
- (d) ausência de *site* do consórcio público ou *site* com informações precárias, dificultando, com isso, a conferência ou confirmação de dados.

Esses aspectos limitadores, todos de alguma maneira interligados com a falta ou a parcialidade da transparência. Assim, **os dados apresentados representam: a) o que foi declarado pelas pessoas vinculadas aos consórcios públicos** que se dispuseram a responder; e b) o que consta nas **informações disponíveis nos sites dos consórcios públicos ou em outras fontes de informações**. Ressalta-se, entretanto, que a compilação dos dados **não está isenta de imprecisão**.

---

<sup>1</sup> Só foram pesquisados os consórcios públicos cuja situação cadastral de CNPJ, quando do início da pesquisa, em setembro de 2022, fosse "Ativa".

Diante do exposto, não obstante o esforço em buscar alcançar informações com precisão, é necessário considerar que o número de consórcios apontados neste relatório não é taxativo e as informações podem sofrer alterações a qualquer tempo.

## 6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### Informações gerais

A atualização do mapeamento apontou **723 consórcios públicos** ativos no Brasil, sendo que, do total dos **5.570 Municípios brasileiros**<sup>2</sup>, identificou-se que **4.783 (85,9%)** participam de pelo menos um consórcio, conforme ilustrado na **Tabela 1**.

**Tabela 1 – Quantidade de Municípios que participam e não participam de consórcio público no período considerado por região e Estado (continua)**

Região	UF	Total Municípios UF	Participam	Participam %	Não Participam	Não Participam %
Norte	AC	22	6	27,3%	16	72,7%
	AM	62	1	1,6%	61	98,4%
	AP	16	1	6,3%	15	93,8%
	PA	144	70	48,6%	74	51,4%
	RO	52	51	98,1%	1	1,9%
	RR	15	-	0,0%	15	100,0%
	TO	139	83	59,7%	56	40,3%
<b>Total Região Norte</b>		<b>450</b>	<b>212</b>	<b>47,1%</b>	<b>238</b>	<b>52,9%</b>
Nordeste	AL	102	101	99,0%	1	1,0%
	BA	417	414	99,3%	3	0,7%
	CE	184	184	100,0%	-	0,0%
	MA	217	120	55,3%	97	44,7%
	PB	223	143	64,1%	80	35,9%
	PE	184	175	95,1%	9	4,9%
	PI	224	48	21,4%	176	78,6%
	RN	167	106	63,5%	61	36,5%
	SE	75	74	98,7%	1	1,3%
<b>Total Região Nordeste</b>		<b>1.793</b>	<b>1.365</b>	<b>76,1%</b>	<b>428</b>	<b>23,9%</b>
Sul	PR	399	398	99,7%	1	0,3%
	RS	497	475	95,6%	22	4,4%
	SC	295	295	100,0%	-	0,0%

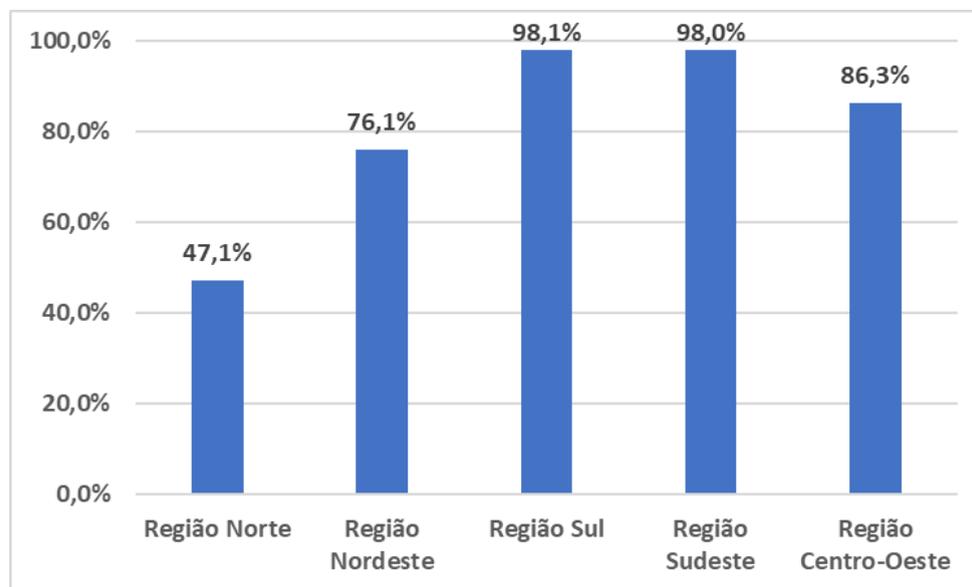
<sup>2</sup> 5.568 Municípios de fato; no entanto, se forem considerados o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, totalizam-se 5.570.

Região	UF	Total Municípios UF	Participam	Participam %	Não Participam	Não Participam %
<b>Total Região Sul</b>		<b>1.191</b>	<b>1.168</b>	<b>98,1%</b>	<b>23</b>	<b>1,9%</b>
Sudeste	ES	78	76	97,4%	2	2,6%
	MG	853	852	99,9%	1	0,1%
	RJ	92	90	97,8%	2	2,2%
	SP	645	617	95,7%	28	4,3%
<b>Total Região Sudeste</b>		<b>1.668</b>	<b>1.635</b>	<b>98,0%</b>	<b>33</b>	<b>2,0%</b>
Centro-Oeste	DF	1	1	100,0%	-	0,0%
	GO	246	189	76,8%	57	23,2%
	MS	79	73	92,4%	6	7,6%
	MT	141	140	99,3%	1	0,7%
<b>Total Região Centro-Oeste</b>		<b>467</b>	<b>403</b>	<b>86,3%</b>	<b>64</b>	<b>13,7%</b>
<b>Total Brasil</b>		<b>5.569<sup>3</sup></b>	<b>4.783</b>	<b>85,9%</b>	<b>786</b>	<b>14,1%</b>

Tomando em conta a distribuição por **região**, resguardada a proporção dos Municípios situados em cada uma, conforme apontado na Tabela 1, verifica-se que as regiões **Sul** (98,1%) e **Sudeste** (98,0%) são as que possuem o maior número de Municípios que participam de algum consórcio, seguidas das regiões **Centro-Oeste** (86,3%) e **Nordeste** (76,1%), sendo a região **Norte** a que possui o menor percentual (47,1%).

<sup>3</sup> Sem considerar o Distrito de Fernando de Noronha.

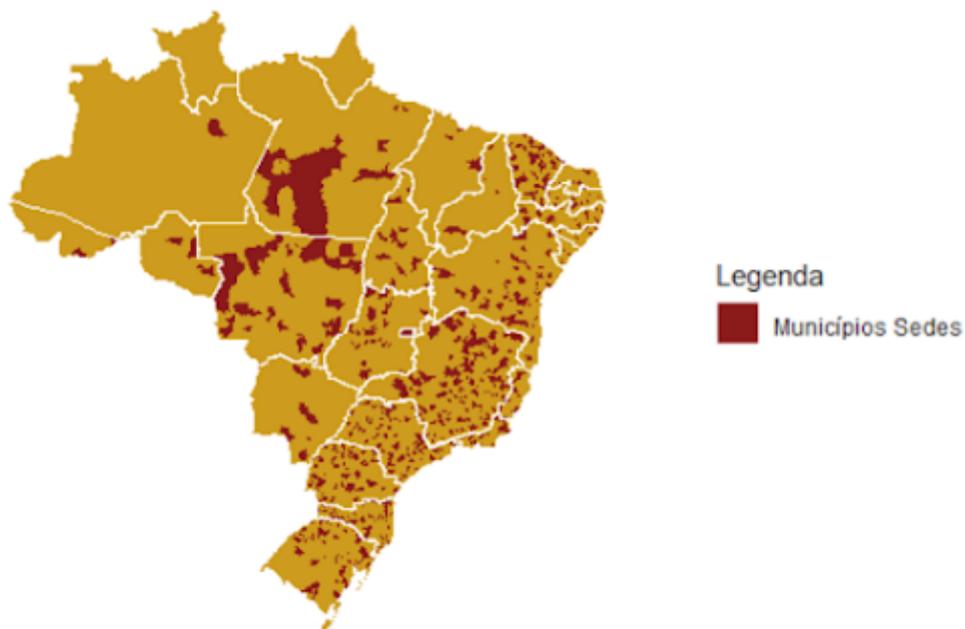
**Gráfico 1 – Percentual de Municípios que participam de consórcio público considerado por região**



Focando a análise a partir dos Estados individualmente, a Tabela 1 demonstra que **Ceará (100%)** e **Santa Catarina (100%)** apresentam a totalidade de seus Municípios consorciados, enquanto **Roraima (0%)** não possui nenhum Município consorciado, enquanto **Amazonas (1,6%)** e **Amapá (6,3%)** apresentam o menor número de Municípios participando de consórcio público. Cabe destacar que, além dos Estados do Ceará e de Santa Catarina, 13 Estados possuem mais de 90% dos Municípios consorciados.

Para melhor visualização da distribuição geográfica dos consórcios, o Mapa 1 apresenta-os a partir do Município-sede.

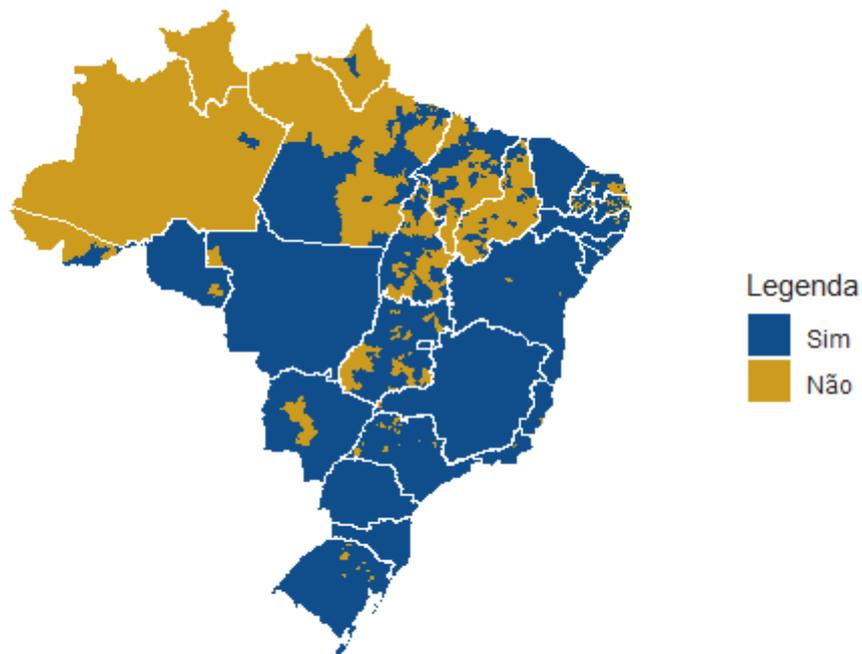
### Mapa 1 – Distribuição dos consórcios públicos a partir da localização dos Municípios-sede



Elaboração: Confederação Nacional de Municípios.

Já o **Mapa 2** apresenta a distribuição geográfica dos Municípios declarados como participantes de algum consórcio.

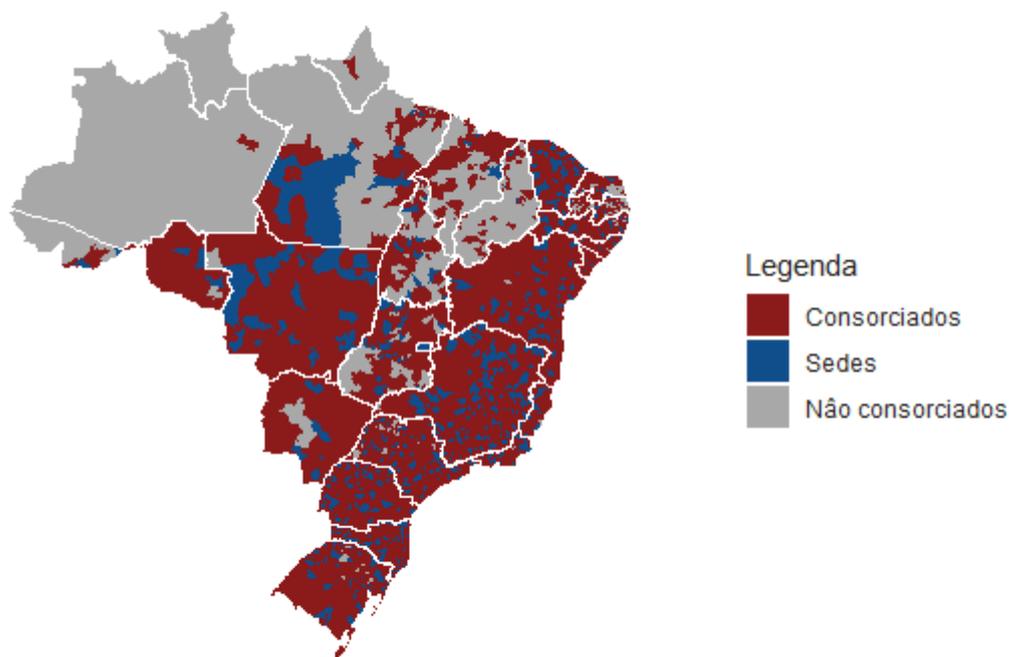
## Mapa 2 – Municípios consorciados x não consorciados



Elaboração: Confederação Nacional de Municípios.

O **Mapa 3**, por sua vez, reúne as informações dos dois mapas antecedentes para representar a distribuição geográfica dos consórcios conforme a sede (cor azul) e os Municípios declarados como consorciados (cor vermelha).

### Mapa 3 – Distribuição geográfica dos consórcios públicos



Elaboração: Confederação Nacional de Municípios.

No que concerne à **participação do Estado-membro como Ente consorciado**, a pesquisa identificou **118** consórcios em que este Ente federativo assinou e ratificou o protocolo de intenções, **332** informaram que o Estado não ratificou e **273** não responderam. Por outro lado, não se identificou **nenhum** consórcio em que a **União** participe como Ente consorciado.

Já no que se refere ao **porte dos Municípios consorciados**, a pesquisa evidenciou que os menores Municípios, historicamente ressentidos de receita, encontram na constituição de consórcios públicos uma alternativa para conseguir implementar determinadas políticas públicas. E eis que, dos **4.785** Municípios que participam de algum consórcio, **4.169 (87,2%)** são de pequeno porte, contrastando com os **527 (11,0%)** de médio porte e os **87 (1,8%)** de grande porte.

**Tabela 2 – Porte dos Municípios que integram consórcio público**

Porte dos Municípios	Faixa Populacional	Quantidade	%
Pequeno	Abaixo de 50 mil habitantes	4.169	87,2%
Médio	50.000 a 299.999 habitantes	527	11,1%
Grande	A partir de 300 mil habitantes	87	1,8%
<b>Total</b>		<b>4.783</b>	<b>100%</b>

A atualização do mapeamento identificou também que alguns Municípios participam de mais de um consórcio. A Tabela 3 traz o número de consórcios em que um mesmo Município participa e quantos Municípios se encontram em cada faixa.

**Tabela 3 – Quantidade de Municípios que participam de mais de um consórcio público**

Quantidade de Consórcios	Quantidade de Municípios	%
Apenas 1 Consórcio	1.167	24,4%
2 Consórcios	1.377	28,8%
3 Consórcios	984	20,6%
4 Consórcios	690	14,4%
5 Consórcios	355	7,4%
6 Consórcios	148	3,1%
7 Consórcios	43	0,9%
8 Consórcios	13	0,3%
9 Consórcios	5	0,1%

Como se sabe, é possível que o consórcio público seja constituído entre Municípios situados em distintos Estados. Nesse aspecto, a pesquisa revelou **22 consórcios** nessa condição (Tabela 4), o que traduz a importância da integração regional além das fronteiras de um mesmo Estado, pois demonstra que a necessidade dos Municípios de atender às demandas e cumprir as responsabilidades extrapola a sua localização geográfica.

**Tabela 4 – Consórcios que possuem Municípios situados em mais de um Estado (continua)**

UF Sede	UF abrangidas	Qtd UFs abrangidas	Qtd. de consórcios
BA	AC, BA	2	1
DF	DF, GO, MG	3	1
DF	AL, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP, TO	22	1
ES	ES, MG	2	2
MA	MA, PI	2	1
MG	BA, MG	2	1
MG	MG, RJ	2	1
MG	MG, TO	2	1
MG	MA, MG	2	1
PB	PB, RN	2	1
PR	PR, SC	2	2

UF Sede	UF abrangidas	Qtd UFs abrangidas	Qtd. de consórcios
PR	AC, PR	2	1
SC	RS, SC	2	1
SC	PR, SC	2	1
SC	AM, SC	2	1
SC	PR, SC	2	1
SC	AC, BA, MA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP	12	1
SC	PR, RS, SC	3	1
SP	MG, SP	2	2

Ainda em relação às informações de caráter geral, a pesquisa apurou a extensão da área territorial abrangida por cada um dos consórcios identificados e o número populacional correspondente.

Nos termos do art. 4º, III, §1º, da Lei 11.107/2005, considera-se como área de atuação do consórcio público a que corresponde à soma dos territórios dos Entes consorciados. Dos 723 consórcios identificados, **54 não** informaram os Municípios consorciados. A partir disso, dentre os respondentes, o consórcio com a menor área de abrangência possui **168 km<sup>2</sup>**, integrado por **2** Municípios, cuja finalidade é **saúde** e está situado no Estado de Minas Gerais. Já o de maior área abrange **1.739.694 km<sup>2</sup>** e é integrado por **1.898** Municípios, atua na área de **saúde** e está situado no Distrito Federal.

Já no que diz respeito às populações abrangidas – soma dos habitantes dos Municípios consorciados segundo estimativa populacional divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) –, a pesquisa retornou que o consórcio de **menor** expressão populacional está situado no **Rio Grande do Sul**, integrado por **2** Municípios, totalizando **5.187 habitantes**. De outro lado, o consórcio com maior abrangência populacional alcança **123.659.771 habitantes** e está situado no Distrito Federal.

#### Em relação ao período de constituição

Tomando em conta a conferência da data de constituição constante no documento de CNPJ junto à Receita Federal, o levantamento apontou que a década de 2010 até 2019 é a que apresenta o maior número de consórcios constituídos, conforme evidencia a Tabela 5.

**Tabela 5 – Quantidade de consórcios constituídos por década**

De	Até	Quantidade	%
1970	1979	2	0,3%
1980	1989	16	2,2%
1990	1999	130	18,0%
2000	2009	204	28,2%
2010	2019	315	43,6%
2020	2030	56	7,7%
<b>Total</b>		<b>723</b>	<b>100,0%</b>

Já a Tabela 6 apresenta a constituição dos consórcios públicos ano a ano, a partir de onde é possível verificar que, mesmo antes da inserção do art. 241 na Constituição Federal brasileira<sup>4</sup>, por meio da Emenda 19/1998, já existiam pelo menos **104** consórcios administrativos constituídos. Entre os anos de 1998 e 2004, período posterior à emenda constitucional e antecedente à edição da Lei 11.107/2005 que regulamentou formalmente a figura dos consórcios, outros **106** consórcios foram constituídos na modalidade administrativa.

**Tabela 6 – Quantidade e percentual de consórcios constituídos por ano**

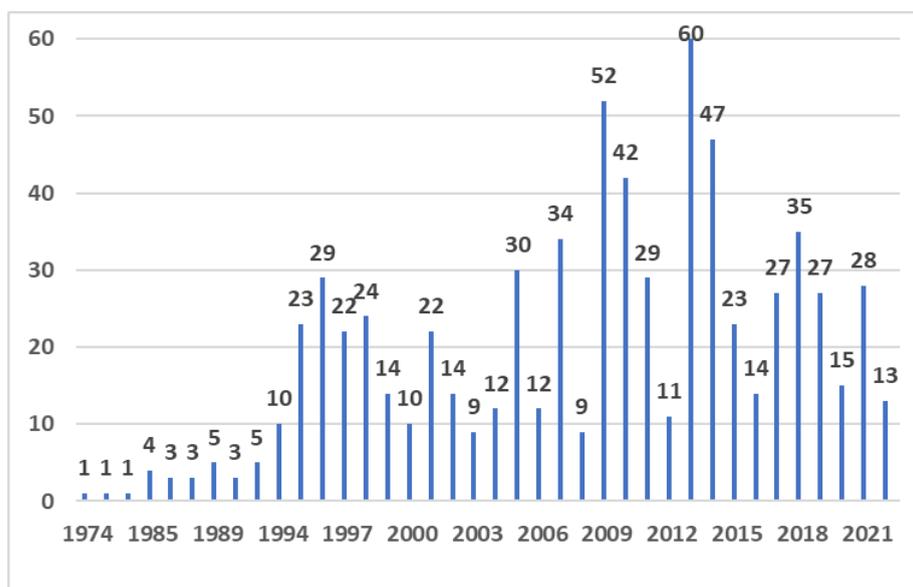
Ano	Qt.	%	Ano	Qt.	%
1970	1	0,1%	2006	12	1,7%
1971	1	0,1%	2007	34	4,7%
1974	1	0,1%	2008	9	1,2%
1978	1	0,1%	2009	52	7,2%
1982	1	0,1%	2010	42	5,8%
1985	4	0,6%	2011	29	4,0%
1986	3	0,4%	2012	11	1,5%
1987	3	0,4%	2013	60	8,3%
1989	5	0,7%	2014	47	6,5%
1992	3	0,4%	2015	23	3,2%
1993	5	0,7%	2016	14	1,9%
1994	10	1,4%	2017	27	3,7%
1995	23	3,2%	2018	35	4,8%
1996	29	4,0%	2019	27	3,7%

<sup>4</sup> Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os Entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Ano	Qt.	%	Ano	Qt.	%
1997	22	3,0%	2020	15	2,1%
1998	24	3,3%	2021	28	3,9%
1999	14	1,9%	2022	13	1,8%
2000	10	1,4%	<b>Total</b>	<b>723</b>	<b>100,0%</b>
2001	22	3,0%			
2002	14	1,9%			
2003	9	1,2%			
2004	12	1,7%			
2005	30	4,1%			

No Gráfico 2 é possível visualizar o comportamento da constituição dos consórcios ano a ano, percebendo-se maior expressividade entre os anos de 2009 e 2014.

**Gráfico 2 – Representação dos consórcios constituídos por ano**



O ano com maior número de constituições é o de **2013**, com **60** consórcios, seguidos pelos anos de **2009** e **2014**, respectivamente, com **52** e **47** novos consórcios. O consórcio mais antigo identificado foi constituído em 7 de fevereiro de 1974.

### Em relação à sede do consórcio

A atualização do levantamento replica onde os consórcios públicos fixaram suas sedes e os resultados são os seguintes:

- a região **Sudeste** é a que sedia o maior número de consórcios, são 280. Todos os Estados desta região possuem consórcios e a maior concentração está em **Minas Gerais** (163 sedes);
- a região **Sul** desponta em segundo lugar, com 192 sedes, e, de igual forma, todos os Estados possuem consórcios sediados, sendo o **Paraná** destaque com 76 consórcios;
- o **Nordeste** vem em seguida, com 163 sedes, e o Estado da **Bahia** é o que apresenta o maior número (54 sedes);
- a região **Centro-Oeste** abriga a sede de 67 consórcios em seu território e o destaque está para o Estado do **Mato Grosso** (35 sedes);
- já o **Norte** apresenta o menor número, pois são apenas 25 consórcios sediados, e o Estado de **Tocantins** é o Estado com maior número de Municípios-sede (13).

Todas as informações estão detalhadas por região e Estado na Tabela 7.

**Tabela 7 – Localização das sedes dos consórcios por região e Estado (continua)**

Região	UF	Qtd.	%
Norte	AC	2	0,3%
	AM	-	0,0%
	AP	-	0,0%
	PA	7	1,0%
	RO	3	0,4%
	RR	-	0,0%
	TO	13	1,8%
<b>Total Região Norte</b>		<b>25</b>	<b>3,5%</b>
Nordeste	AL	9	1,2%
	BA	54	7,5%
	CE	48	6,6%
	MA	9	1,2%
	PB	10	1,4%
	PE	16	2,2%
	PI	3	0,4%
	RN	9	1,2%

Região	UF	Qtd.	%
	SE	5	0,7%
<b>Total Região Nordeste</b>		<b>163</b>	<b>22,5%</b>
Sul	PR	76	10,5%
	RS	48	6,8%
	SC	68	9,3%
<b>Total Região Sul</b>		<b>192</b>	<b>26,6%</b>
Sudeste	ES	15	2,1%
	MG	163	22,5%
	RJ	13	1,8%
	SP	85	11,8%
<b>Total Região Sudeste</b>		<b>280</b>	<b>38,2%</b>
Centro-Oeste	DF	2	0,3%
	GO	23	3,2%
	MS	7	1,0%
	MT	35	4,8%
<b>Total Região Centro-Oeste</b>		<b>67</b>	<b>9,3%</b>
<b>Total Consórcios</b>		<b>723</b>	<b>100%</b>

Ainda no que se refere às sedes dos consórcios, apurou-se que **129 Municípios** sediam mais de um consórcio, conforme apresenta a Tabela 8. A pesquisa também identificou que 3.631 Municípios participam de mais de um consórcio.

**Tabela 8 – Municípios que sediam mais de um consórcio (continua)**

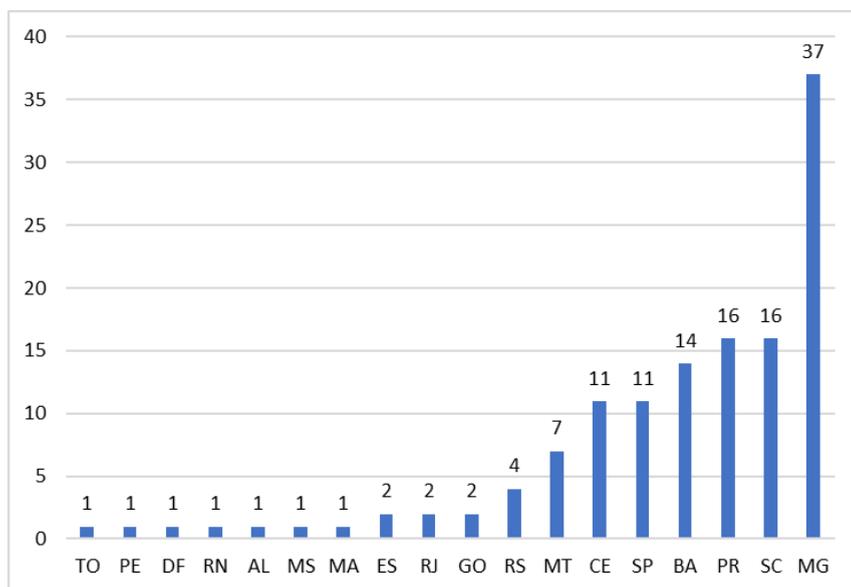
Município	Qtd.	Município	Qtd.
Divinópolis do Tocantins/TO	2	Cascavel/PR	2
Acaraú/CE		Irati/PR	
Baturité/CE		Japira/PR	
Brejo Santo/CE		Maringá/PR	
Canindé/CE		Paranavaí/PR	
Cascavel/CE		Pato Branco/PR	
Icó/CE		Pitanga/PR	
Itapipoca/CE		Ponta Grossa/PR	
Limoeiro do Norte/CE		São João do Ivaí/PR	
Sobral/CE		Umuarama/PR	

Município	Qtd.	Município	Qtd.	
Tianguá/CE		União da Vitória/PR		
Recife/PE		Araranguá/SC		
Barreiras/BA		Blumenau/SC		
Eunápolis/BA		Capinzal/SC		
Barbacena/MG	2	Joinville/SC	2	
Boa Esperança/MG		Lages/SC		
Brasília de Minas/MG		Mafra/SC		
Carangola/MG		Praia Grande/SC		
Caratinga/MG		Seara/SC		
Conceição do Mato Dentro/MG		Tubarão/SC		
Corinto/MG		Turvo/SC		
Diamantina/MG		Bagé/RS		
Divinópolis/MG		Porto Alegre/RS		
Lavras/MG		Santa Maria/RS		
Mantena/MG		Trindade do Sul/RS		
Passos/MG		Alta Floresta/MT		
Patos de Minas/MG		Juara/MT		
Ponte Nova/MG		Juína/MT		
Santa Maria do Suaçuí/MG		São José dos Quatro Marcos/MT		
São João del Rei/MG		Sorriso/MT		
São Lourenço/MG		Rialma/GO		
São Sebastião do Paraíso/MG		São Luís de Montes Belos/GO		
Sete Lagoas/MG		Brasília/DF		
Taiobeiras/MG		Iguatu/CE		3
Uberaba/MG		Currais Novos/RN		
Varginha/MG		Maceió/AL		
Afonso Cláudio/ES		Belo Horizonte/MG		
Itaperuna/RJ		Ipatinga/MG		
Teresópolis/RJ		Itajubá/MG		
Apiaí/SP		João Monlevade/MG		
Assis/SP		Juiz de Fora/MG		
Divinolândia/SP		Pouso Alegre/MG		
Itapeva/SP	Resplendor/MG			
Jales/SP	Teófilo Otoni/MG			
Mogi das Cruzes/SP	Uberlândia/MG			
São José dos Campos/SP	Colatina/ES			

Município	Qtd.	Município	Qtd.
Taubaté/SP		Americana/SP	
Votuporanga/SP		Penápolis/SP	
Campo Mourão/PR		Ivaiporã/PR	
Concórdia/SC		Londrina/PR	
Chapecó/SC	3	Curitiba/PR	5
Criciúma/SC		Cuiabá/MT	
Florianópolis/SC		Montes Claros/MG	6
Itajaí/SC			
São Miguel do Oeste/SC			
Campo Grande/MS			
Água Boa/MT			
São Luís/MA	4		
Conselheiro Lafaiete/MG			
Governador Valadares/MG			
Muriaé/MG			
Viçosa/MG			

Verifica-se pelo Gráfico 3 que o Estado de Minas Gerais concentra o maior número de Municípios que sediam mais de um consórcio (37 Municípios), seguido pelos Estados de Santa Catarina (16 Municípios) e do Paraná (16 Municípios).

**Gráfico 3 – Estados com Municípios que sediam mais de um consórcio**



No que concerne ao **porte dos Municípios que sediam** algum consórcio público, partindo da estimativa populacional divulgada pelo IBGE (2021), o que possui menor a população alcança **1.716 habitantes** e o maior **3.015.268 habitantes**.

O levantamento também demonstrou que a maioria dos Municípios-sede possui porte pequeno e médio, sendo que os grandes Municípios sediam apenas **89 (12,2%)** consórcios (Tabela 9).

**Tabela 9 – Porte populacional dos Municípios-sede de consórcio**

Porte Pop.	Faixa Populacional	Qtd.	%
Pequeno	Abaixo de 50 mil habitantes	358	49,5%
Médio	de 50.000 a 299.999 hab	278	38,5%
Grande	a partir de 300.000 hab	87	12,0%
<b>Total</b>		<b>723</b>	<b>100,0%</b>

Apurou-se ainda que **38** consórcios têm suas sedes distribuídas entre **16 capitais** de Estados, conforme ilustra a Tabela 10. O destaque fica por conta das regiões Sul e Centro-Oeste, onde todas as capitais sediam pelo menos um consórcio.

**Tabela 10 – Capitais que sediam consórcios públicos**

Região	UF	Capital	Qtd.	%
	AC	Rio Branco	-	0,0%
	AM	Manaus	-	0,0%
	AP	Macapá	-	0,0%
	PA	Belém	1	2,6%

Região	UF	Capital	Qtd.	%
Norte	RO	Porto Velho	-	0,0%
	RR	Boa Vista	-	0,0%
	TO	Palmas	1	2,6%
<b>Total Região Norte</b>			<b>2</b>	<b>5,2%</b>
Nordeste	AL	Maceió	3	7,9%
	BA	Salvador	2	5,3%
	CE	Fortaleza	1	2,6%
	MA	São Luís	4	10,5%
	PB	João Pessoa	-	0,0%
	PE	Recife	2	5,3%
	PI	Teresina	-	0,0%
	RN	Natal	1	2,6%
	SE	Aracaju	-	0,0%
<b>Total Região Nordeste</b>			<b>13</b>	<b>34,2%</b>
Sul	PR	Curitiba	4	10,5%
	RS	Porto Alegre	2	5,3%
	SC	Florianópolis	3	7,9%
<b>Total Região Sul</b>			<b>9</b>	<b>23,7%</b>
Sudeste	ES	Vitória	-	0,0%
	MG	Belo Horizonte	3	7,9%
	RJ	Rio de Janeiro	-	0,0%
	SP	São Paulo	-	0,0%
<b>Total Região Sudeste</b>			<b>3</b>	<b>8,3%</b>
Centro-Oeste	DF	Brasília	2	5,3%
	GO	Goiânia	1	2,6%
	MS	Campo Grande	3	7,9%
	MT	Cuiabá	5	13,2%
<b>Total Região Centro-Oeste</b>			<b>9</b>	<b>28,9%</b>
<b>Total</b>			<b>38</b>	<b>100,0%</b>

Nesse aspecto, a pesquisa demonstrou que não há, necessariamente, correlação entre sediar um consórcio e ser efetivamente Ente consorciado daquele consórcio.

No que concerne às capitais, apenas **Palmas/TO, Maceió/AL, Salvador/BA, São Luís/MA, Recife/PE, Natal/RN, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, Belo Horizonte/MG,**

**Brasília/DF, Goiânia/GO, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT** são efetivamente consorciados a algum consórcio que sediam. Enquanto apenas **Belém/PA** não figura como Ente consorciado daqueles consórcios que são sediados em seu território.

A Tabela 11 indica que **12** capitais não participam de nenhum consórcio. Por outro lado, **São Luís/MA** está consorciado a 4 consórcios e **Maceió/AL, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Belo Horizonte/MG e Cuiabá/MT** estão consorciados a 3 consórcios cada.

**Tabela 11 – Capitais que participam de consórcios públicos (continua)**

Região	UF	Capital	Qtd.	%
Norte	AC	Rio Branco	-	0,0%
	AM	Manaus	-	0,0%
	AP	Macapá	-	0,0%
	PA	Belém	-	0,0%
	RO	Porto Velho	-	0,0%
	RR	Boa Vista	-	0,0%
	TO	Palmas	1	3,0%
<b>Total Região Norte</b>			<b>1</b>	<b>3,0%</b>
Nordeste	AL	Maceió	3	9,1%
	BA	Salvador	2	6,1%
	CE	Fortaleza	1	3,0%
	MA	São Luís	4	12,1%
	PB	João Pessoa	-	0,0%
	PE	Recife	1	3,0%
	PI	Teresina	-	0,0%
	RN	Natal	1	3,0%
	SE	Aracaju	-	0,0%
<b>Total Região Nordeste</b>			<b>12</b>	<b>36,4%</b>
Sul	PR	Curitiba	3	9,1%
	RS	Porto Alegre	2	6,1%
	SC	Florianópolis	3	9,1%
<b>Total Região Sul</b>			<b>8</b>	<b>24,8%</b>
Sudeste	ES	Vitória	-	0,0%
	MG	Belo Horizonte	3	9,7%
	RJ	Rio de Janeiro	-	0,0%
	SP	São Paulo	-	0,0%
<b>Total Região Sudeste</b>			<b>3</b>	<b>9,7%</b>
	DF	Brasília	2	6,5%

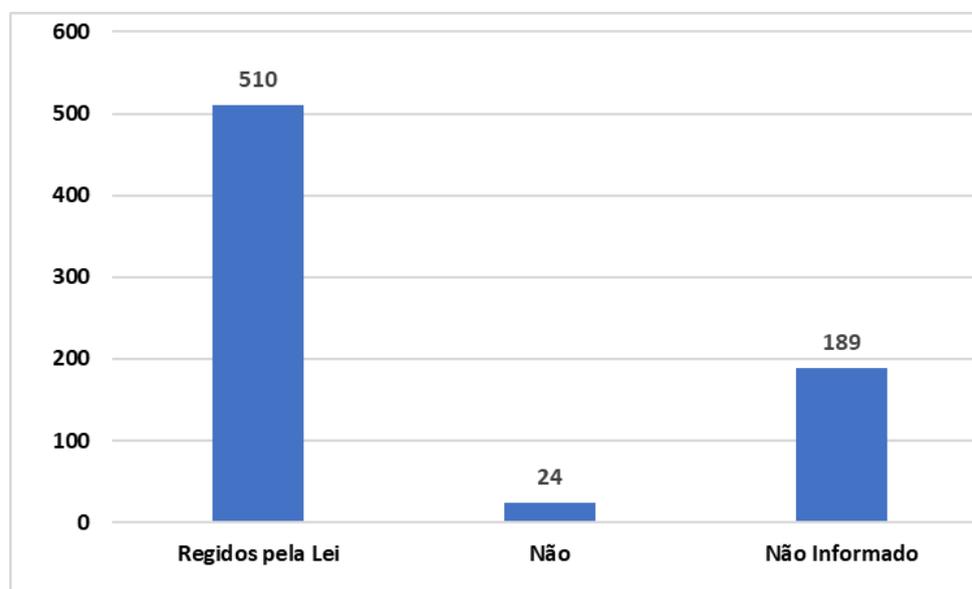
Região	UF	Capital	Qtd.	%
Centro-Oeste	GO	Goiânia	1	3,2%
	MS	Campo Grande	1	3,2%
	MT	Cuiabá	3	9,7%
<b>Total Região Centro-Oeste</b>			<b>7</b>	<b>22,6%</b>
<b>Total Brasil</b>			<b>31</b>	<b>100,0%</b>

### Em relação à constituição do consórcio

O levantamento apurou quantos consórcios são regidos pela Lei 11.107/2005 e quantos optaram pela personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

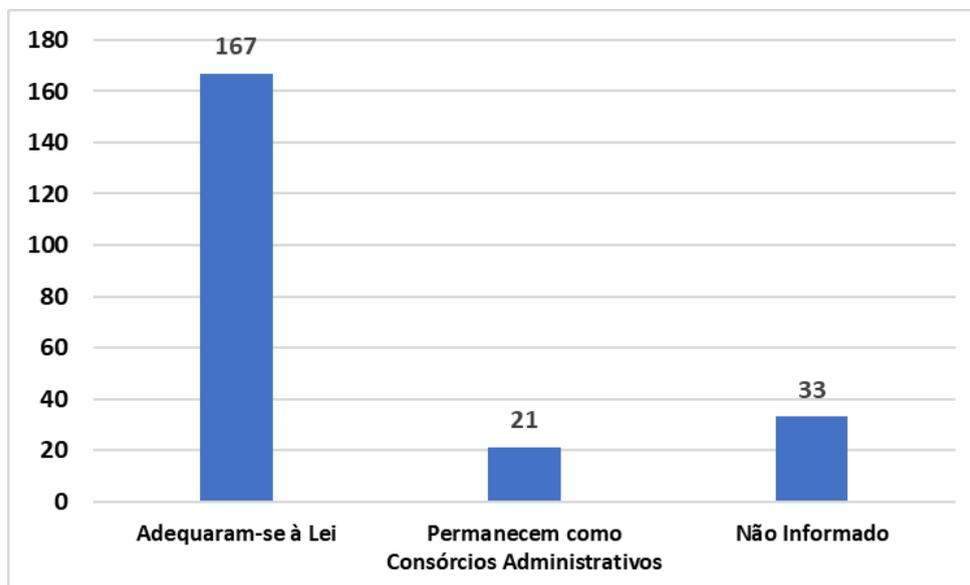
O Gráfico 4 demonstra que, dos **723** consórcios identificados, **510 (70,5%)** foram constituídos já regidos pela Lei que regulamenta os consórcios ou, quando constituídos em período anterior, promoveram a adequação, enquanto **24 (3,3%)** declararam não observar a Lei 11.107/2005 e **189 (26,1%)** não informaram.

**Gráfico 4 – Consórcios regidos pela Lei 11.107/2005**



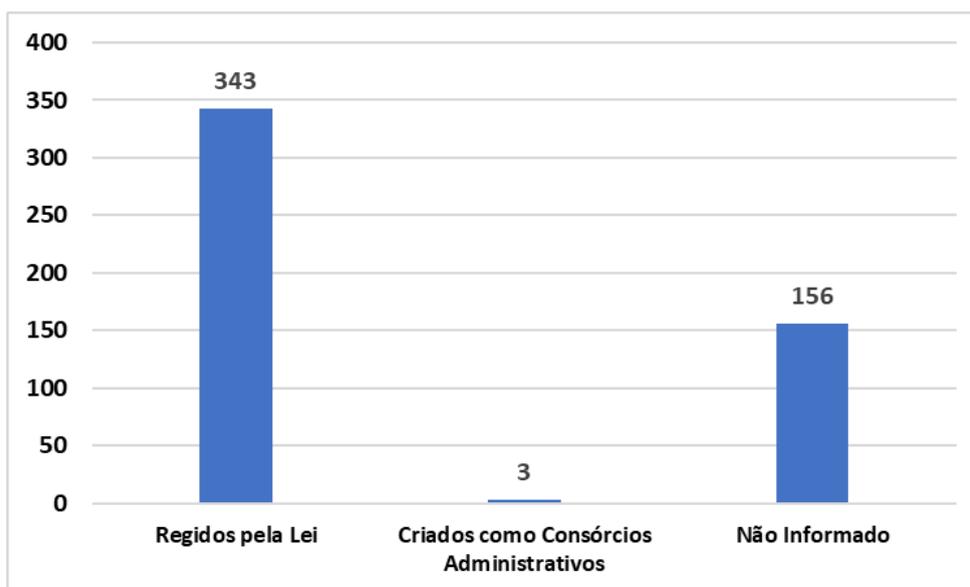
Identificou-se, ainda, que **221 (30,6%)** consórcios foram criados até **maio de 2005**, ou seja, antes da vigência da Lei 11.107/2005 que foi publicada em abril de 2005. Desse número, o Gráfico 5 aponta que **21 (2,9%)** consórcios permaneceram como consórcios administrativos e **167 (23,0%)** promoveram adequação conforme a Lei e **33** consórcios (**4,5%**) não forneceram esta informação.

**Gráfico 5 – Consórcios criados antes da Lei 11.107/2005**



De outro lado, também foi possível verificar que, dos **502 (69,4%)** consórcios criados **a partir de abril de 2005**, ou seja, após a publicação da Lei 11.107/2005, **343 (47,4%)** foram criados regidos pela lei, enquanto apenas **3 (0,4%)** foram criados no formato de consórcio administrativo e de **156 (21,5%)** consórcios não há informação, conforme ilustra o Gráfico 6.

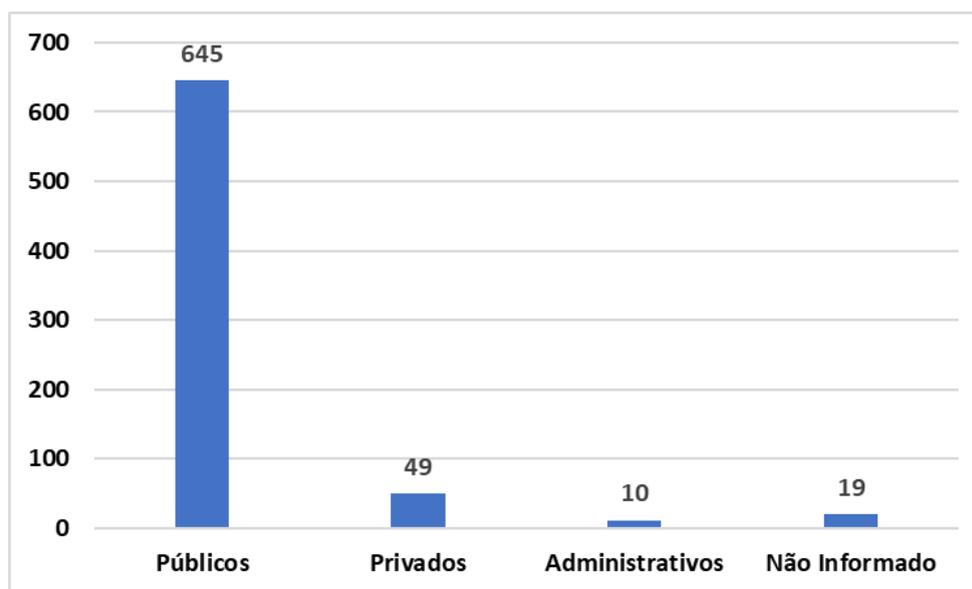
**Gráfico 6 – Consórcios criados após a Lei 11.107/2005**



No que se refere à personalidade jurídica, conforme ilustrado no Gráfico 7, **645 (89,2%)** consórcios regidos pela Lei 11.107/2005 adotaram a personalidade de direito público, **49 (6,8%)**, também

regidos pela citada lei, assumiram a personalidade de direito privado, **10 (1,4%)** são consórcios públicos administrativos, ou seja, não se adequam à Lei 11.107 e **19 (2,6%)** não informaram<sup>5</sup>.

**Gráfico 7 – Personalidade jurídica dos consórcios públicos**



Quanto ao **número de Entes consorciados** por consórcio, identificou-se que o mínimo é de **2** Entes, ao passo que o máximo de Municípios reunidos em um único consórcio é de **1898**. A Tabela 12 detalha esses dados.

**Tabela 12 – Quantidade de Entes por consórcio (continua)**

Qtd. de Entes Consorciados	Qtd.	%
De 2 Até 5	110	15,2%
De 6 Até 10	198	27,4%
De 11 Até 15	131	18,1%
De 16 Até 20	89	12,3%
De 21 Até 25	51	7,1%
De 26 Até 30	36	5,0%
De 31 Até 35	14	1,9%
De 36 Até 40	6	0,7%
De 41 Até 45	7	1,0%
De 46 Até 50	7	1,0%

<sup>5</sup> Durante a realização da pesquisa, foram identificadas 8 Naturezas Jurídicas distintas entre os consórcios, são elas: 103-1 (Órgão Público do Poder Executivo Municipal); 112-0 (Autarquia Municipal); 118-0 (Órgão Público Autônomo Municipal); 121-0 (Consórcio Público de Direito Público); 122-8 (Consórcio Público de Direito Privado); 131-7 (Fundo Público de Administração Direta Federal); 206-2 (Sociedade Empresária Limitada); e 399-9 (Associação Privada).

Qtd. de Entes Consorciados	Qtd.	%
De 51 Até 60	5	0,7%
De 61 Até 70	4	0,6%
De 71 Até 80	1	0,1%
De 81 Até 90	3	0,4%
De 91 Até 100	2	0,3%
De 101 Até 150	1	0,1%
De 151 Até 200	1	0,1%
Acima de 201	3	0,4%
Não informado	54	7,5%

#### Em relação à área de atuação

No que concerne à área de atuação, a opção era de múltipla escolha justamente pelo fato de ser notório que muitos consórcios atuam em mais de uma área. Desse modo, foi possível identificar que **313** consórcios declararam ser **finalitários**, ou seja, atuam em apenas uma área, enquanto **347** são **multifinalitários**, atuam em mais de uma área, conforme apresenta a Tabela 13.

**Tabela 13 – Consórcios finalitários x multifinalitários**

Atuação	Qtd.	%
Finalitário	313	43,3%
Multifinalitário	347	48,0%
Não informado	63	8,7%
<b>Total</b>	<b>723</b>	<b>100,0%</b>

Dos 313 consórcios finalitários, a Tabela 14 aponta as áreas (macrodivisão) de atuação destes consórcios, podendo-se destacar as áreas de saúde (188 consórcios), saneamento (59 consórcios) e assistência social (17 consórcios) como as mais expressivas.

**Tabela 14 – Consórcios finalitários e as áreas de atuação (Macrodivisão) (continua)**

Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.	Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.
Agricultura	1	Infraestrutura Asfáltica	4
Assistência Social	17	Licitação Compartilhada	1
Cultura	1	Meio Ambiente	12
Defesa Civil	1	Municípios Inteligentes	-

Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.	Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.
Desenvolvimento Econômico	1	Planejamento Urbano	-
Desenvolvimento Regional	4	Saneamento	59
Educação	1	Mobilidade	1
Elaboração De Projetos E Captação De Recursos	-	Trânsito	-
Escola De Governo	-	Previdência	1
Esportes	-	Saúde	188
Habitação	-	Segurança Pública	4
Iluminação Pública	1	Tecnologia	-
Infraestrutura	7	Turismo	6

A Tabela 15 apresenta as áreas de atuação previstas (microdivisão) dos consórcios públicos finalitários pesquisados. Nesse sentido, destacam-se: Saúde (Média e Alta Complexidade) (95); Saúde (Outros); Saneamento (Resíduos Sólidos); e Saúde (Compra de Medicamentos).

**Tabela 15 – Consórcios finalitários e as áreas de atuação (Microdivisão) (continua)**

Áreas Previstas (Microdivisão)	Qtd.
Agricultura (Serviço de Inspeção Municipal)	-
Agricultura (Assistência Técnica e Extensão Rural)	-
Agricultura (Manutenção de Estradas Vicinais)	1
Agricultura (Gestão de Equipamentos Públicos)	-
Agricultura (Segurança Alimentar)	-
Agricultura (Outro)	-
Assistência Social (Idoso)	-
Assistência Social (Infância e Adolescente)	16
Assistência Social (Políticas para Mulheres)	-
Assistência Social (Outro)	1
Cultura	2
Defesa Civil	1
Desenvolvimento Econômico (Indústria e Comércio)	-
Desenvolvimento Regional	4
Educação	1
Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	-
Escola de Governo	-
Esportes	-

Áreas Previstas (Microdivisão)	Qtd.
Habitação	-
Iluminação Pública	1
Infraestrutura (Serviços de Engenharia)	-
Infraestrutura Asfáltica	4
Licitação Compartilhada	1
Meio Ambiente (Recursos Hídricos)	2
Meio Ambiente (Licenciamento Ambiental)	3
Meio Ambiente (Preservação Ambiental)	1
Meio Ambiente (Outro)	2
Municípios Inteligentes	-
Planejamento Urbano (Cadastrros Imobiliários)	-
Planejamento Urbano (Gestão de Espaços Públicos)	-
Planejamento Urbano (Regularização Fundiária)	-
Planejamento Urbano (Planos Diretores)	-
Planejamento Urbano (Outro)	-
Saneamento (Abastecimento de Água)	10
Saneamento (Esgotamento Sanitário)	8
Saneamento (Drenagem Pluvial)	6
Saneamento (Resíduos Sólidos)	49
Saneamento (Regulação)	12
Mobilidade (Plano de Mobilidade)	1
Mobilidade (Ciclovias/Calçadas)	-
Mobilidade (Pedágio/Free Flow)	-
Mobilidade (Zona Azul/Estacionamento)	-
Mobilidade (Videomonitoramento/Drones/Semáforos Inteligentes)	-
Mobilidade (Serviços de Transporte de Passageiros)	-
Trânsito (Órgão Municipal Integrado ao Sistema Nacional de Trânsito)	-
Trânsito (Sinalização/Radares/Semáforos)	-
Trânsito (Fiscalização)	-
Trânsito (Engenharia de Tráfego)	-
Trânsito (Estudos e Estatística)	-
Trânsito (Educação para O Trânsito)	-
Previdência	1
Saúde (Média e Alta Complexidade)	95
Saúde (Samu)	27
Saúde (Compra de Medicamentos)	41

Áreas Previstas (Microdivisão)	Qtd.
Saúde (Outro)	64
Segurança Pública	4
Tecnologia (Soluções Informatizadas)	-
Tecnologia (Fornecimento de Internet)	-
Turismo	6

Já a Tabela 16 apresenta as áreas de atuação e a respectiva quantidade de consórcios (finalitários e multifinalitários) que têm, segundo declarado, previsão em seu protocolo de intenções (contrato de consórcio) para atuar nelas. Entre as áreas com mais previsões de atuação destaca-se: Saúde (337), Saneamento (271) e Meio Ambiente (225).

**Tabela 16 – Áreas Previstas (Macrodivisão) dos consórcios públicos**

Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.	Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.
Agricultura	181	Infraestrutura Asfáltica	72
Assistência Social	93	Licitação Compartilhada	98
Cultura	200	Meio Ambiente	225
Defesa Civil	69	Municípios Inteligentes	22
Desenvolvimento Econômico	102	Planejamento Urbano	112
Desenvolvimento Regional	151	Saneamento	271
Educação	137	Mobilidade	91
Elaboração De Projetos	133	Trânsito	71
Escola De Governo	38	Previdência	32
Esportes	69	Saúde	337
Habitação	77	Segurança Pública	45
Iluminação Pública	120	Tecnologia	59
Infraestrutura	183	Turismo	137

E a Tabela 17 traz as áreas previstas (Microdivisão) dos consórcios públicos, com destaque para as áreas de Saneamento (Resíduos Sólidos) (252), Saúde (Média e Alta Complexidade) (228); e Cultura (200).

**Tabela 17 – Áreas Previstas (Microdivisão) dos consórcios públicos (continua)**

Áreas Previstas (Microdivisão)	Qtd.
Agricultura (Serviço de Inspeção Municipal)	116
Agricultura (Assistência Técnica e Extensão Rural)	129

Áreas Previstas (Microdivisão)	Qtd.
Agricultura (Manutenção de Estradas Vicinais)	72
Agricultura (Gestão de Equipamentos Públicos)	123
Agricultura (Segurança Alimentar)	72
Agricultura (Outro)	26
Assistência Social (Idoso)	37
Assistência Social (Infância e Adolescente)	71
Assistência Social (Políticas para Mulheres)	28
Assistência Social (Outro)	25
Cultura	200
Defesa Civil	69
Desenvolvimento Econômico (Indústria e Comércio)	100
Desenvolvimento Regional	151
Educação	137
Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	133
Escola de Governo	38
Esportes	69
Habitação	77
Iluminação Pública	120
Infraestrutura (Serviços de Engenharia)	151
Infraestrutura Asfáltica	72
Licitação Compartilhada	98
Meio Ambiente (Recursos Hídricos)	173
Meio Ambiente (Licenciamento Ambiental)	185
Meio Ambiente (Preservação Ambiental)	179
Meio Ambiente (Outro)	48
Municípios Inteligentes	22
Planejamento Urbano (Cadastros Imobiliários)	82
Planejamento Urbano (Gestão de Espaços Públicos)	84
Planejamento Urbano (Regularização Fundiária)	93
Planejamento Urbano (Planos Diretores)	89
Planejamento Urbano (Outro)	18
Saneamento (Abastecimento de Água)	128
Saneamento (Esgotamento Sanitário)	125
Saneamento (Drenagem Pluvial)	83
Saneamento (Resíduos Sólidos)	252
Saneamento (Regulação)	54
Mobilidade (Plano de Mobilidade)	80
Mobilidade (Ciclovias/Calçadas)	75

Áreas Previstas (Microdivisão)	Qtd.
Mobilidade (Pedágio/Free Flow)	13
Mobilidade (Zona Azul/Estacionamento)	64
Mobilidade (Videomonitoramento/Drones/Semáforos Inteligentes)	70
Mobilidade (Serviços de Transporte de Passageiros)	70
Trânsito (Órgão Municipal Integrado ao Sistema Nacional de Trânsito)	63
Trânsito (Sinalização/Radares/Semáforos)	66
Trânsito (Fiscalização)	62
Trânsito (Engenharia de Tráfego)	62
Trânsito (Estudos e Estatística)	12
Trânsito (Educação para O Trânsito)	13
Previdência	32
Saúde (Média e Alta Complexidade)	228
Saúde (Samu)	122
Saúde (Compra de Medicamentos)	85
Saúde (Outro)	105
Segurança Pública	45
Tecnologia (Soluções Informatizadas)	55
Tecnologia (Fornecimento de Internet)	40
Turismo	137
Outra	52

A Tabela 18 apresenta a distribuição dos consórcios por Estado conforme a área de atuação.

**Tabela 18 – Distribuição dos consórcios por UF e conforme a área de atuação (Macrodivisão) (continua)**

Áreas Previstas	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Agricultura	-	3	-	-	23	1	-	6	4	5	38	3	10	1	1	6	1	20	2	3	2	-	15	17	1	18	1
Assistência Social	1	1	-	-	7	1	-	3	1	3	23	1	3	1	-	2	1	11	1	-	-	-	6	15	-	11	1
Cultura	-	3	-	-	23	1	-	7	5	5	40	3	10	2	1	6	1	20	3	4	2	-	20	18	1	24	1
Defesa Civil	-	1	-	-	6	1	-	1	1	3	17	2	4	-	-	2	1	3	-	-	-	-	7	8	-	10	2
Desenvolvimento Econômico	-	1	-	-	10	2	-	2	1	3	27	2	7	-	2	3	1	8	1	2	-	-	8	8	-	13	1
Desenvolvimento Regional	-	2	-	-	19	4	-	4	3	3	31	2	6	1	2	4	2	16	1	3	1	-	13	14	1	17	2
Educação	2	2	-	-	13	1	-	3	1	5	27	3	5	1	-	8	2	7	2	3	1	-	15	13	1	21	1
Elaboração De Projetos E Captação De Recursos	-	3	-	-	12	1	-	5	1	4	24	3	9	-	1	4	1	12	3	3	-	-	16	13	1	16	1
Escola De Governo	-	1	-	-	3	-	-	2	-	2	8	-	2	-	-	2	1	1	-	1	-	-	5	4	-	6	-
Esportes	-	1	-	-	8	-	-	1	1	2	16	1	3	-	1	2	1	3	1	-	-	-	7	8	-	12	1
Habitação	1	1	-	-	9	1	-	1	1	5	15	2	4	-	1	3	1	2	-	2	-	-	9	7	-	11	1
Iluminação Pública	-	3	-	-	9	1	-	2	2	4	41	2	4	-	-	6	1	6	1	3	-	-	12	8	2	12	1
Infraestrutura	-	1	-	-	24	3	-	3	5	4	36	4	10	1	2	8	2	13	2	1	2	-	16	20	1	22	3

Áreas Previstas	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Infraestrutura Asfáltica	-	1	-	-	8	1	-	-	3	-	21	3	4	-	1	1	-	4	-	-	-	-	6	16	1	2	-
Licitação Compartilhada	-	4	-	-	5	2	-	4	2	-	26	1	5	-	-	1	-	3	1	-	1	-	15	15	1	12	-
Meio Ambiente	-	3	-	-	21	6	1	7	8	6	41	4	10	2	2	5	2	19	3	4	1	-	20	23	3	31	3
Municípios Inteligentes	-	2	-	-	1	1	-	1	1	-	8	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	2	-
Planejamento Urbano	-	-	-	-	15	-	-	4	2	4	23	3	8	1	2	5	2	7	3	2	-	-	6	10	-	14	1
Saneamento	-	6	-	-	22	19	1	7	9	6	56	5	13	2	1	8	2	19	3	5	2	-	21	24	4	31	5
Mobilidade	-	1	-	-	10	1	-	2	2	5	20	2	4	-	1	4	2	4	2	1	-	-	7	9	1	13	-
Trânsito	-	-	-	-	10	-	-	2	-	5	16	2	5	-	1	2	2	4	2	-	-	-	4	4	-	12	-
Previdência	-	-	-	-	3	-	-	2	-	3	6	1	2	-	-	2	1	1	-	-	-	-	4	4	-	3	-
Saúde	1	3	-	-	29	22	1	6	8	5	85	4	17	2	4	11	2	37	9	3	1	-	27	20	1	36	3
Segurança Pública	-	1	-	-	2	-	-	1	1	1	10	1	1	-	1	3	-	2	2	-	-	-	8	4	1	6	-
Tecnologia	-	1	-	-	5	-	-	3	1	2	12	2	2	-	-	2	2	1	1	-	1	-	7	7	1	9	-
Turismo	1	2	-	-	13	-	-	4	3	4	23	2	7	2	-	3	1	8	3	3	-	-	20	13	1	23	1

### Em relação à transparência

Como se sabe, uma série de normativos legais<sup>6</sup> exigem que todas as entidades que disponham e gerenciem recursos públicos (onde se incluem os consórcios públicos) divulguem em tempo real em *site* na *internet* informações de ordem técnica, financeira e orçamentária. Entretanto, identificou-se que, dos **723** consórcios públicos identificados, **446** possuem seus respectivos *sites*.

Esses dados são preocupantes, pois evidenciam que o nível de transparência dos consórcios públicos ainda é muito baixo e que grande parte dessas entidades não atende aos preceitos de transparência exigidos em lei.

### Comparação entre o relatório publicado em 2021 e a presente atualização

Em comparação com o relatório publicado no ano de 2021, em que se havia apurado a existência de 601 consórcios públicos abrangendo 4.723 Municípios, é possível verificar que foram identificados outros **126** consórcios que não estavam cadastrados na base de dados apurada até o ano de 2021 e que serviu de amparo para elaboração daquele relatório, totalizando, agora, **723** consórcios públicos identificados no Brasil. Diante disso, o número de Municípios brasileiros que integram pelo menos um consórcio público passou a ser de **4.783**.

**Tabela 19 – Comparação de consórcios e Municípios consorciados, relatório publicado em 2021 e o atual**

	Relatório publicado em 2021	Relatório atual publicado (pesquisa aplicada 2022)	Variação %
Consórcios públicos	601	723	20,3%
Municípios consorciados	4.723	4.783	1,3%

<sup>6</sup> Os consórcios públicos são obrigados a divulgar as informações previstas na Lei Complementar 131/2009, na Lei 12.527/2011 e na Portaria 274/2016 da Secretaria do Tesouro Nacional, as quais serão apontadas adiante neste material.

**Tabela 20 – Comparação dos dados de 2021 e de 2022 em relação à quantidade de Municípios que participam de consórcio público por região e Estado (continua)**

Região	UF	Total Municípios	Atualização de Consórcios (pesquisa 2022)				Atualização de Consórcios (pesquisa 2021)			
			Participam	Participam %	Não Participam	Não Participam %	Participam	Participam %	Não Participam	Não Participam %
Norte	AC	22	6	27,3%	16	72,7%	7	31,8%	15	68,2%
	AM	62	1	1,6%	61	98,4%	5	8,1%	57	91,9%
	AP	16	1	6,3%	15	93,8%	-	0,0%	16	100,0%
	PA	144	70	48,6%	74	51,4%	76	52,8%	68	47,2%
	RO	52	51	98,1%	1	1,9%	50	96,2%	2	3,8%
	RR	15	-	0,0%	15	100,0%	1	6,7%	14	93,3%
	TO	139	83	59,7%	56	40,3%	61	43,9%	78	56,1%
<b>Total Região Norte</b>		<b>450</b>	<b>212</b>	<b>47,1%</b>	<b>238</b>	<b>52,9%</b>	<b>200</b>	<b>44,4%</b>	<b>250</b>	<b>55,6%</b>
Nordeste	AL	102	101	99,0%	1	1,0%	93	91,2%	9	8,8%
	BA	417	414	99,3%	3	0,7%	414	99,3%	3	0,7%
	CE	184	184	100,0%	-	0,0%	183	99,5%	1	0,5%
	MA	217	120	55,3%	97	44,7%	103	47,5%	114	52,5%
	PB	223	143	64,1%	80	35,9%	151	67,7%	72	32,3%
	PE	184	175	95,1%	9	4,9%	169	91,8%	15	8,2%
	PI	224	48	21,4%	176	78,6%	57	25,4%	167	74,6%
	RN	167	106	63,5%	61	36,5%	160	95,8%	7	4,2%
	SE	75	74	98,7%	1	1,3%	75	100,0%	-	0,0%

Região	UF	Total Municípios	Atualização de Consórcios (pesquisa 2022)				Atualização de Consórcios (pesquisa 2021)			
			Participam	Participam %	Não Participam	Não Participam %	Participam	Participam %	Não Participam	Não Participam %
<b>Total Região Nordeste</b>		<b>1.793</b>	<b>1.365</b>	<b>76,1%</b>	<b>428</b>	<b>23,9%</b>	<b>1.405</b>	<b>78,4%</b>	<b>388</b>	<b>21,6%</b>
Sul	PR	399	398	99,7%	1	0,3%	399	100,0%	-	0,0%
	RS	497	475	95,6%	22	4,4%	440	88,5%	57	11,5%
	SC	295	295	100,0%	-	0,0%	295	100,0%	-	0,0%
<b>Total Região Sul</b>		<b>1.191</b>	<b>1.168</b>	<b>98,1%</b>	<b>23</b>	<b>1,9%</b>	<b>1.134</b>	<b>95,2%</b>	<b>57</b>	<b>4,8%</b>
Sudeste	ES	78	76	97,4%	2	2,6%	78	100,0%	-	0,0%
	MG	853	852	99,9%	1	0,1%	846	99,2%	7	0,8%
	RJ	92	90	97,8%	2	2,2%	89	96,7%	3	3,3%
	SP	645	617	95,7%	28	4,0%	601	93,2%	44	6,8%
<b>Total Região Sudeste</b>		<b>1.668</b>	<b>1.637</b>	<b>98,0%</b>	<b>31</b>	<b>1,9%</b>	<b>1.614</b>	<b>96,8%</b>	<b>54</b>	<b>3,2%</b>
Centro-Oeste	DF	1	1	100,0%	-	0,0%	1	100,0%	-	0,0%
	GO	246	189	76,8%	57	23,2%	169	68,7%	77	31,3%
	MS	79	73	92,4%	6	7,6%	60	75,9%	19	24,1%
	MT	141	140	99,3%	1	0,7%	140	99,3%	1	0,7%
<b>Total Região Centro-Oeste</b>		<b>467</b>	<b>403</b>	<b>86,3%</b>	<b>64</b>	<b>13,7%</b>	<b>370</b>	<b>79,2%</b>	<b>97</b>	<b>20,8%</b>
<b>Total Brasil</b>		<b>5.569</b>	<b>4.785</b>	<b>85,9%</b>	<b>784</b>	<b>14,1%</b>	<b>4.723</b>	<b>84,8%</b>	<b>846</b>	<b>15,2%</b>

É possível verificar a não ocorrência de variação nos Estados da Bahia, Santa Catarina e Mato Grosso, além do Distrito Federal. Cabe destacar um aumento de 16,5% de Municípios no Estado de Mato Grosso do Sul e de 15,8% no Estado de Tocantins. Em contrapartida, de acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, houve uma redução de 32,3% de Municípios consorciados no Estado do Rio Grande do Norte.

### Novos consórcios

Em relação ao levantamento anterior, **122** novos consórcios foram inseridos neste novo relatório. Tomando-se como base a data de constituição destes consórcios, verifica-se que **36** consórcios públicos podem ser considerados novos, ou seja, constituídos formalmente após maio de 2021; enquanto **86** consórcios, pelo fato de terem sido constituídos anteriormente a maio de 2021, já existiam ao tempo da pesquisa anterior, mas, por conta das limitações descritas nos relatórios de 2018 e 2021, não foram identificados na época daquelas pesquisas.

Levando em consideração apenas os **36** consórcios constituídos a partir de maio de 2021, ou seja, considerados novos no contexto do corte temporal do levantamento anterior a este, a Tabela 21 indica onde estão sediados. Conforme se verifica, as regiões Sul e Sudeste foram as que apresentaram o maior número de consórcios novos sediados em seus territórios.

**Tabela 21 – Localização das sedes dos consórcios constituídos a partir de maio de 2021 e que não constam no levantamento anterior (continua)**

Região	UF	Qtd. Consórcios
Norte	AC	-
	AM	-
	AP	-
	PA	-
	RO	1
	RR	-
	TO	2
<b>Total Região Norte</b>		<b>3</b>
Nordeste	AL	-
	BA	1
	CE	3
	MA	1
	PB	-

Região	UF	Qtd. Consórcios
Nordeste	PE	-
	PI	-
	RN	-
	SE	-
<b>Total Região Nordeste</b>		<b>5</b>
Sul	PR	1
	RS	2
	SC	6
<b>Total Região Sul</b>		<b>9</b>
Sudeste	ES	1
	MG	10
	RJ	1
	SP	5
<b>Total Região Sudeste</b>		<b>17</b>
Centro-Oeste	DF	-
	GO	-
	MS	1
	MT	1
<b>Total Região Centro-Oeste</b>		<b>2</b>
<b>Total Brasil</b>		<b>36</b>

Já no que se refere à área de atuação, também levando em conta apenas os **36** consórcios constituídos a partir de maio de 2021, ou seja, considerados novos no contexto do corte temporal do levantamento anterior a este, verifica-se que **20** são **multifinalitários** e **12** são **finalitários** e 4 não responderam.

Ainda tomando em conta os 36 consórcios constituídos a partir de maio de 2021, a Tabela 22 apresenta as áreas de atuação e a respectiva quantidade desses consórcios que têm, segundo declarado, previsão no protocolo de intenções (contrato de consórcio ratificado) para atuar nelas. Podendo destacar as áreas de Saneamento (13), Meio Ambiente (10) e Infraestrutura (9).

**Tabela 22 – Áreas de atuação dos novos consórcios públicos constituídos a partir de maio de 2021 (continua)**

Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.	Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.
Agricultura	6	Infraestrutura Asfáltica	6
Assistência Social	5	Licitação Compartilhada	5

Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.	Áreas Previstas (Macrodivisão)	Qtd.
Cultura	8	Meio Ambiente	10
Defesa Civil	2	Municípios Inteligentes	-
Desenvolvimento Econômico	4	Planejamento Urbano	4
Desenvolvimento Regional	6	Saneamento	13
Educação	5	Mobilidade	4
Elaboração De Projetos E Captação De Recursos	2	Trânsito	1
Escola De Governo	1	Previdência	1
Esportes	3	Saúde	8
Habitação	2	Segurança Pública	2
Iluminação Pública	2	Tecnologia	2
Infraestrutura	9	Turismo	6

Por fim, desses **36** consórcios públicos considerados novos, no que se refere à personalidade jurídica, **34** consórcios adotaram a personalidade de direito público e **2** foram constituídos com personalidade de direito privado.

### Desafios enfrentados pelos consórcios públicos

A Tabela 23 apresenta os dados coletados referentes aos desafios enfrentados pelos consórcios públicos. Cabe destacar que para 235 respondentes as “disputas políticas” não são um desafio. Em contrapartida, a “Capacidade técnica deficitária dos Municípios consorciados” e “Ausência ou deficiência de planejamento” são desafios médios para 199 e 195 consórcios, respectivamente. Por fim, 226 consórcios públicos acreditam que a “Descontinuidade de políticas de incentivo aos consórcios por parte dos governos federal e/ou estaduais” é um grande desafio.

**Tabela 23 – Desafios enfrentados pelos consórcios públicos (continua)**

Desafios	É um desafio médio	É um grande desafio	Não é um desafio
Ausência ou deficiência de planejamento	172	195	57
Capacidade técnica deficitária do Consórcio	193	169	62
Capacidade técnica deficitária dos Municípios consorciados	101	199	120
Descontinuidade de políticas de incentivo aos consórcios por parte dos governos federal e/ou estaduais	79	119	226
Dificuldade na contratação de pessoal	163	172	98

Desafios	É um desafio médio	É um grande desafio	Não é um desafio
Disputas políticas	235	127	61
Divergência de entendimento sobre consórcio pelos órgãos de controle (Tribunais de Contas, por exemplo).	179	155	90
Escassez de recurso financeiro para custear as atividades	93	131	210
Inadimplência dos Municípios consorciados	250	123	50
Legislação deficitária	175	170	78
Pouco conhecimento do Consórcio por parte dos Prefeitos	169	191	73

## CONCLUSÃO

A atualização da pesquisa reforça que a expressividade dos consórcios públicos segue crescendo, reafirmando-os como uma alternativa efetiva de gestão de competências comuns e relevante estratégia para o desenvolvimento integrado do país.

Não obstante as dificuldades e as limitações encontradas no caminho percorrido para alcançar a primeira base de dados, bem como os percalços que se opuseram neste etapa de atualização, é possível concluir que o esforço da CNM é relevante e alcança êxito no objetivo de identificar os consórcios públicos existentes no Brasil no período considerado e atualizar as suas informações básicas.

Além disso, o trabalho desenvolvido pela Entidade segue suprindo uma lacuna, já que não há atualmente uma fonte oficial que reúna informações detalhadas e atualizadas a respeito de consórcios públicos.

Acredita-se que acompanhar o comportamento da constituição e da manutenção de consórcios públicos, bem como identificar suas áreas de atuação, dentre outras particularidades são ações essenciais para o planejamento e o direcionamento de recursos, programas e políticas públicas estruturadas no âmbito federal e estadual, daí porque este esforço mostra-se relevante e com necessária continuidade.

## REFERÊNCIA

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas da População*. Brasília, 2021.